

superiores à proposta mais bem classificada.

2.6. Para efeito do disposto nos itens 2.4. e 2.5., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

2.8. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 2.7., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 2.5., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.10. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 2.4. e seguintes, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.11. O disposto neste item 2.6. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.12. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

III - APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES:

3. Do recebimento dos envelopes:

3.1. Os envelopes, constituídos de Habilitação (Documentação) e Proposta Comercial, deverão ser entregues no Setor de Protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito à Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores – Tarumã/SP, **até 09h00. do dia 24 de julho de 2020, tendo a sua abertura às 09h10. do dia referendado;** em envelopes fechados e não transparentes contendo em suas partes externas os seguintes dizeres:

A/C Comissão Municipal de Licitações:

Nome da Proponente

Endereço Completo da Proponente

Processo nº. 113/2020

Carta Convite nº. 005/2020

O primeiro com subtítulo: **Envelope nº. I - "DOCUMENTAÇÃO".**

O segundo com subtítulo: **Envelope nº. II - "PROPOSTA COMERCIAL".**

3.2. **No ENVELOPE Nº. I – HABILITAÇÃO** (Documentação) **deverá conter os seguintes documentos devidamente autenticados:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) **Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação** e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

e) **Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais** e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

f) **Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

f.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a **Fazenda** Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela **Procuradoria** Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).

g) **Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

h) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT);

j) O proponente deverá apresentar a documentação relativa à qualificação técnica, enumeradas no **Artigo 30, inciso I da Lei n.º 8.666/93, constante nos seguintes documentos:**

a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Esta comprovação de aptidão será feita pela Apresentação de no mínimo **01 (um) atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público demonstrando ter fornecido os produtos com as mesmas características do objeto licitado;

b) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes ao objeto deste processo licitatório;

l) A comprovação em possuir profissional no quadro permanente do licitante se fará mediante a:

II) apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS e ficha de empregado) em sendo o profissional empregado do licitante;

III) apresentação do contrato social, em sendo o profissional integrante do quadro social do licitante;

IV) apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante;

V) apresentação de declaração de disponibilidade (art. 30 - § 6 da Lei 8666/93) pelo licitante, desde que conte com a anuência formal do profissional;

c) Certidão de Registro de Responsabilidade Técnica na entidade profissional competente **DA EMPRESA E SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – CREA – junto ao Conselho Regional de Engenharia/Arquitetura/Ambiental COM VALIDADE**, contendo todos os dados atualizados da empresa participante da licitação.

k) Declaração (Anexo II), que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, bem como a **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL** ou emitida pelo **Cartório de Registro Civil**.

l) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (Anexo II);

m) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo II).

n) Declaração de desimpedimento de licitar e contratar com a administração pública¹;

o) Declaração de concordância com os termos e condições do Edital.

3.3. A pessoa física que irá representar a Empresa, que não seja sócio, deverá apresentar-se munido de Procuração (REGISTRADA EM CARTÓRIO) ou credenciamento (REGISTRADA EM CARTÓRIO), ficando somente permitido 01 (um) representante para cada empresa participante.

3.4. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

3.4.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

3.5. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

3.5.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, no ato de abertura dos envelopes pelo representante do órgão

¹ **Súmula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

IDENTIFICANDO TODOS OS ITENS LICITADOS, O CRONOGRAMA, devidamente assinados pelo responsável, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA PELA COMUL..

3.8.1. Serão rejeitadas de forma parcial ou total, as propostas ou itens ilegíveis e que contenham rasuras;

3.8.2. Serão consideradas desclassificadas as propostas que não forem elaboradas de forma clara, inconfundível e em perfeita concordância com o presente Edital, ou que:

- a) Revelarem-se excessivas ou manifestamente inexeqüíveis;
- b) Oferecerem vantagens não previstas neste Edital;
- c) Apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, ou irrisórios, ou ainda, de valor igual a zero;

3.9. A proposta depois de aberta se acha vinculada a licitação pelo seu prazo de validade, não sendo admitidas quaisquer inclusões ou alterações no sentido de se sanar falhas ou omissões, assim como não será permitida a sua retirada ou desistência por parte da proponente;

3.10. A proposta deverá ser entregue ou enviada pelo interessado ao Departamento de Licitação aos cuidados da Comissão Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito a Rua Aroeira, nº. 482 – Vila das Árvores, **até às 09h00 do dia 24 de julho 2020.**

3.11. Nos preços deverão estar inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos e taxas devidos a quaisquer órgãos federais, estaduais, municipais, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, entre outros.

IV – DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4. Recebidos os envelopes, no horário designado, a COMUL - Comissão Municipal de Licitação passará à fase de Habilitação.

4.1. Aberto o envelope I - Habilitação (Documentação), os documentos serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes.

4.2. A seguir, a Comissão decidirá verbalmente, bem como fará constar da Ata de Abertura, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar a documentação exigida no item 4.1.

4.3. Aos declarados inabilitados, serão imediatamente comunicados, abrindo-se prazo recursal.

4.4. A seguir, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes das propostas, rubricando cada folha, e colhendo rubrica dos licitantes presentes, os quais poderão, igualmente, examinar as propostas dos concorrentes.

4.5. Nenhum adendo às propostas será permitido nesta fase.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da Licitação.

4.7. Não será admitida, sob pretexto algum, qualificação ou substituição das propostas ou de qualquer documento.

4.8. Terminada esta fase, a Comissão dará por encerrada a sessão de abertura das propostas, lavrando ata circunstanciada, a qual será firmada pela Comissão e pelos presentes.

V- JULGAMENTO

5. O critério de julgamento será o de **menor preço global**. Nesta fase serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam integralmente ao estabelecido na presente Carta Convite.

VI - REAJUSTE DE PREÇOS

6. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

VII – DO DIREITO DE RECURSO

7. Dos atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações – COMUL, no processamento da Licitação, cabem recursos hierárquicos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

VIII - DA FORMA E PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8. Os serviços serão prestados de acordo com o cronograma, com início no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pelo departamento municipal competente.

8.1. Os serviços fornecidos pelo licitante vencedor serão examinados, no ato da execução, pelo Diretor do Departamento de Engenharia, a qual se reserva o direito de aceitar ou não as mesmas. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

8.2. Correrão por conta da empresa vencedora todas as despesas e demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

IX - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

9. Para o item condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

9.1. O pagamento será efetuado por medição, após o recebimento dos respectivos serviços, de acordo com a execução do cronograma, sendo os serviços pagos na proporção dos itens já executados, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada

pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

9.1.1. Juntamente com a Nota Fiscal deverá ser encaminhado relatório detalhado dos serviços, indicando obrigatoriamente cada item e seu quantitativo executados, conferida e assinada pelo responsável técnico da Prefeitura.

9.2. O pagamento será efetuado após a liberação financeira da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (FEHIDRO) – Contrato nº. 123/2020, mediante a apresentação de relatório dos serviços executados.

9.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal;

9.4. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades de transferência bancária;

9.5. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

X – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

10. As despesas decorrentes da presente Licitação ocorrerão por conta das Dotações Orçamentárias (recurso estadual e próprio):

02.03 - 18.541.0011.1090 – 3.3.90.39 – **1038 (2)** – Outros Serviços Terceiros P. Jurídica

02.03 - 18.541.0011.1090 – 3.3.90.39 – **1039 (1)** – Outros Serviços Terceiros P. Jurídica

XI - DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

11. Caso se verifique o descumprimento de quaisquer uma das cláusulas contidas no Termo de Contrato, bem como à Cláusula XI do Edital de Chamamento, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, sujeitará o contratado à multa calculado à ordem de 0,08%, calculada sobre o valor original do contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

11.1. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

11.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

11.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

11.4. A licitante estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

XII – DO CONTRATO

12. A recusa injustificada do licitante vencedor do certame em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da Convocação para Assinatura do Termo de Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

12.1. O Termo de Contrato oriundo deste Processo de Licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do termo de contrato.

12.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

12.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

12.4. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

XIII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar fielmente os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as normas técnicas de engenharia civil, através da disponibilização de funcionários capacitados, material e equipamentos condizentes com o tipo de serviço licitado;

13.2. A licitante será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

13.3. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados (medição).

13.4. Após o recebimento da última parcela de pagamento o proponente vencedor deverá apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a Certidão Negativa de Débito – CND do serviço.

13.4.1 A não apresentação da CND dos serviços no prazo acima determinado implicará na aplicação das penalidades previstas no item 10 do presente edital.

13.5. A licitante vencedora deverá fornecer todo o pessoal necessário à realização dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas, obrigando-se a saldá-los na época certa, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

13.6. Comparecer sempre que solicitada a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

13.7. É de responsabilidade da contratada, arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da prestação dos serviços.

13.8. Providenciar no prazo dos itens 8.1 e seguintes a correção, às suas expensas, de
defi

ciências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante.

13.9. A empresa vencedora e adjudicatária do presente certame fica obrigada, após a assinatura do competente contrato apresentar **em até 30 (trinta) dias a ART com anotação específica de Termo de Responsabilidade Técnica.**

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

14. Não serão aceitas propostas enviadas via FAC-SÍMILE, TELEX ou E-MAIL.

14.1. Serão rejeitadas no recebimento da Nota Fiscal e Planilha de Serviços para àqueles procedimentos elaborados com especificações diferentes dos constantes do Anexo I e da Proposta Comercial do licitante.

14.2. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

14.3. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados.

14.4. A participação no processo licitatório implica em pleno conhecimento do teor do Edital, Anexo I e memorial descritivo, para todos os efeitos legais, não podendo as licitantes em hipótese alguma alegar desconhecimento dos serviços a serem executados, sob alegação de insuficiência de dados e informações sobre quaisquer serviços.

14.5. À PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ fica reservado o direito de rejeitar todas as propostas, a vista das disponibilidades orçamentárias/financeiras existentes, ou ainda, de em qualquer fase do processo anular esta licitação ou ainda revogá-la na ocorrência de fato superveniente devidamente comprovada, com abertura de ampla defesa e do contraditório pela interessada, mediante indenizações que porventura forem devidas.

14.6. A adjudicada fica obrigada a aceitar as mesmas condições ajustadas os acréscimos ou supressões verificadas nos serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos preços iniciais.

14.7. Em cumprimento ao disposto no art. 41, § 1º, Lei 8.666/93, é garantido a possibilidade de qualquer cidadão impugnar o Edital de Convite, no prazo de 05 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

14.8. Fica vedada a participação de pessoas que se enquadrem nos termos do art. 9º, da lei 8.666/93.

14.9. Integram o presente EDITAL, independente de transcrição os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II – Planilha Orçamentária;
- c) ANEXO III - Cronograma Físico – Financeiro;
- d) ANEXO IV - Modelo de Procuração e declaração;
- e) ANEXO V - Memorial Descritivo;

14.10. O valor estimado dos serviços corresponde à R\$ 134.900,00 (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais).

14.11. Informações complementares julgadas necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Departamento de Licitação, sito a Rua Aroeira, n.º 482 – Vila das Árvores, ou através do telefone/fax (18) 3373-4500, sempre no horário de expediente.

Tarumã SP, 15 de julho de 2020.

**LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
PRESIDENTE DA COMUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

**OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

“MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO (ELABORAÇÃO) DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ, NA BACIA DO MÉDIO PARANAPANEMA – CONTRATO FEHIDRO Nº. 123/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO”:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.758.458-0 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, e Inscrição Estadual nº. _____, com sede a Rua _____ nº. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. _____, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. _____, residente e domiciliado a Rua _____ nº. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância a Carta Convite nº. ____/2020, homologado em _____, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada para execução (elaboração) do Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural do município de Tarumã, na Bacia do Médio Paranapanema – Contrato FEHIDRO Nº. 123/2020**, conforme descrição contida no ANEXO I, ANEXO II, Memorial Descritivo e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, ao Memorial Descritivo e a Proposta da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZOS

3. A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, em regime de menor preço global.

3.1. Os serviços deverão ser executados na forma descrita neste edital e seus anexos, observadas as sanções descritas na cláusula X para o caso de atraso ou inexecução dos serviços.

3.2. A responsabilidade da adjudicatária é integral para com a execução do objeto do certame, nos termos do Código Civil Brasileiro, sendo que a fiscalização pela Prefeitura não diminui e nem exclui essa responsabilidade.

3.3. Os serviços serão fornecidos de acordo com o cronograma, com início no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pelo departamento municipal competente.

CLAÚSULA QUARTA **DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme planilha adjudicatória.

9.1. O pagamento será efetuado por medição, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

9.1.1. Juntamente com a Nota Fiscal deverá ser encaminhado relatório detalhado dos serviços, indicando obrigatoriamente cada item e seu quantitativo executados, conferida e assinada pelo responsável técnico da Prefeitura.

9.2. O pagamento será efetuado após a liberação financeira da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (FEHIDRO) – Contrato nº. 123/2020, mediante a apresentação de relatório dos serviços executados.

4.2. O pagamento será efetuado após a apresentação de planilha de medição, de acordo com a execução do cronograma, sendo os serviços pagos na proporção dos itens já executados.

4.3. A Contratante não efetuará pagamento através de cobrança bancária. Os pagamentos serão efetuados nas modalidades de transferência bancária.

4.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer espécie e/ou natureza junto à Fazenda Municipal de Tarumã.

4.5. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas.

CLAÚSULA QUINTA **AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

5. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas nos ANEXOS, até o limite permitido pela legislação vigente de até 25%, serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLAÚSULA SEXTA **DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6. Não haverá reajuste de preços para o presente objeto, permanecendo os valores fixos e irredutíveis.

CLAÚSULA SÉTIMA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

1. Os recursos necessários ao pagamento deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

02.03 - 18.541.0011.1090 - 3.3.90.39 - **1038 (2)** - Outros Serviços Terceiros P. Jurídica

02.03 - 18.541.0011.1090 - 3.3.90.39 - **1039 (1)** - Outros Serviços Terceiros P. Jurídica

CLAUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

8.1. Fornecer todos os documentos necessários e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento;

8.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nos valores, formas e prazos avençados.

8.3. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr.(a). _____, cargo _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e inscrito no CPF n.º _____, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.4. A Contratada, reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAÚSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

9.1. Executar fielmente os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as normas técnicas de engenharia civil, através da disponibilização de funcionários capacitados, material e equipamentos condizentes com o tipo de serviço licitado;

9.2. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

9.3. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal/recibo respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados.

9.4. A licitante vencedora deverá fornecer todo pessoal necessário à realização dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas, obrigando-se a saldá-los na época certa, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

9.5. Comparecer sempre que solicitada a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em

horário por estes estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

9.6. É de responsabilidade da contratada, arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da prestação dos serviços.

9.7. Providenciar no prazo de 03 (três) dias à correção de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.8. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

9.9. Aceitar, nas mesmas condições avençadas no presente instrumento contratual, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;

9.10. Todo e qualquer dano que venha a ocorrer posteriores aos serviços que seja constatada ser de responsabilidade da empresa contratada deverá ser reconstituído pela mesma. Da mesma forma deverá a empresa contratada se responsabilizar por todos os danos e/ou transtornos que venham a ocorrer a terceiros.

9.11. A empresa vencedora e adjudicatária do presente certame fica obrigada, após a assinatura do competente contrato apresentar **em até 30 (trinta) dias a ART com anotação específica de Termo de Responsabilidade Técnica.**

9.12. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

10. O atraso injustificado dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, sujeitará o contratado à multa calculada à ordem de 0,08 % calculado sobre o valor original do termo de contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

10.4. A contratada estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11. A vigência do termo de contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93, devendo a empresa contratada entregar o objeto licitado, conforme estipulado no Cronograma Físico-Financeiro.

11.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO

12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

12.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste convite, desde que haja conveniência para a Administração Municipal;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, ____ de ____ de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Fabio Alexandre Chenou
RG nº 30.994.100-3 – SSP/SP

2. _____
Fabio Cimonetti
RG nº. 18.535.888-3

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO (ELABORAÇÃO) DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ, NA BACIA DO MÉDIO PARANAPANEMA – CONTRATO FEHIDRO Nº. 123/2020.**

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, ____ de _____ de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: _____

Endereço: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: _____
Endereço: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone: _____

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: _____
Endereço: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone: _____

Assinatura: _____

ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA (DOCUMENTO EM PDF)

ANEXO III - CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO (DOCUMENTO EM PDF)

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO E DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, sob as penas da Lei, que a
sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei
Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o
direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme
disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está
enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº. documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, sob as penas da Lei, que
inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2020 – Carta Convite nº. ____/2020, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2020.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

MODELO DE PROCURAÇÃO

(Este modelo é facultativo, podendo ser utilizado outros modelos)

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua
....., na cidade de, portador da RG
..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o
Senhor(a)....., portador do RG....., residente a
rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o
fim especial de representar a empresa, situada a rua
(Avenida)....., nº, na cidade de, Estado
de, CNPJ..... e Inscrição
Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de
Licitação Processo nº ____/2020, Carta Convite nº ____/2020, para praticar todos os demais
atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para
assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de 2020.

Ass.

ANEXO V – MEMORIAL DESCRITIVO

- CONTEÚDO

- 1 - APRESENTAÇÃO
- 2 - RESUMO
- 3 - INSTITUIÇÃO PROPONENTE
- 4 - DIAGNÓSTICO - CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ
- 5 - JUSTIFICATIVA
- 6 - OBJETIVO GERAL
- 7 - OBJETIVOS ESPECIFICOS
- 8 - METAS
- 9 - ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO
- 10 - PROGRAMA DE TRABALHO
- 11 - MÉTODO A SER EMPREGADO
- 12 - RESULTADOS ESPERADOS
- 13 - EQUIPE DE TÉCNICA TRABALHO
- 14 - PRODUTOS A SEREM ENTREGUES
- 15 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA

• 1 – APRESENTAÇÃO

Uma das principais diretrizes instituídas pelo modelo de gerenciamento de recursos hídricos do Estado de São Paulo, estabelecido a partir da Lei 7.663/91, é a elaboração de Estudos para atividades de manejo e aproveitamento das fontes hídricas naturais.

Dentre estas atividades, inclui-se o lançamento de efluentes provenientes da drenagem dos terrenos, sabidamente uma das mais importantes fontes de degradação dos recursos hídricos e a causa de sérios problemas que afligem as populações rurais e urbanas do Brasil.

Dentro desta visão, qualquer planejamento para desenvolvimento de um município deve considerar, entre outros aspectos, diretrizes previamente estabelecidas para real uso e ocupação do solo, fazendo com que os investimentos em melhoria da qualidade de vida das populações que nela habitarão sejam sustentáveis ao longo do tempo, bem como nas conservações dos recursos hídricos.

A interferência da drenagem com práticas de preservação e controle de erosões no planejamento municipal, principalmente na zona rural, se faz sentir em diversos níveis, seja no do uso do solo rural, seja nas práticas agrícolas, seja na própria manutenção das vegetações (natural e reflorestamento), daí a grande relevância da matéria.

Em função destas premissas, elaborou-se esta proposta para a elaboração do **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ NA BACIA DO MÉDIO PARANAPANEMA**, sob os auspícios do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, via Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema – CBH-MP.

• 2 – RESUMO

O “**PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ NA BACIA DO MÉDIO PARANAPANEMA**” terá por objetivo estabelecer diretrizes que orientem a ação do Poder Público e da iniciativa privada na elaboração de projetos e na execução de medidas de conservação de solo, obras de interferências hídricas diretas, bem como na promoção de ações preventivas e corretivas sobre as causas e os efeitos dos processos erosivos, inundações, etc., visando proteger a

população e as atividades econômicas sediadas na área rural da cidade.

• **3 – INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

A prefeitura Municipal de Tarumã com seu corpo técnico acompanhou o trabalho de elaboração de outros empreendimentos financiados pelo próprio FEHIDRO nos anos anteriores e possui assim uma experiência ampla em relação aos procedimentos e normas para se obter o financiamento.

• **4 – DIAGNÓSTICO - CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ**

Perfil Sócio Econômico	
Área (Km ²) – 2019	302,91
Taxa Geométrica de Crescimento anual da População – 2010/2019 (% a.a.)	1,43
Densidade Demográfica (hab./Km ²) 2019	48,25
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - 2010	0,753
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - 2014	Grupo 4 – Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) 2017	14,15
População Estimada em 2019 (hab.)	14.615
Renda per capita - 2010 (em reais correntes)	572,15
Grau de Urbanização em 2019 (%)	95,13

Fonte: Fundação SEADE - www.seade.gov.br

- Estratificação das áreas agrícolas:

Estratificação das áreas agrícolas				
Extrato - ha	UPAs		Área total	
	Nº	%	ha	%

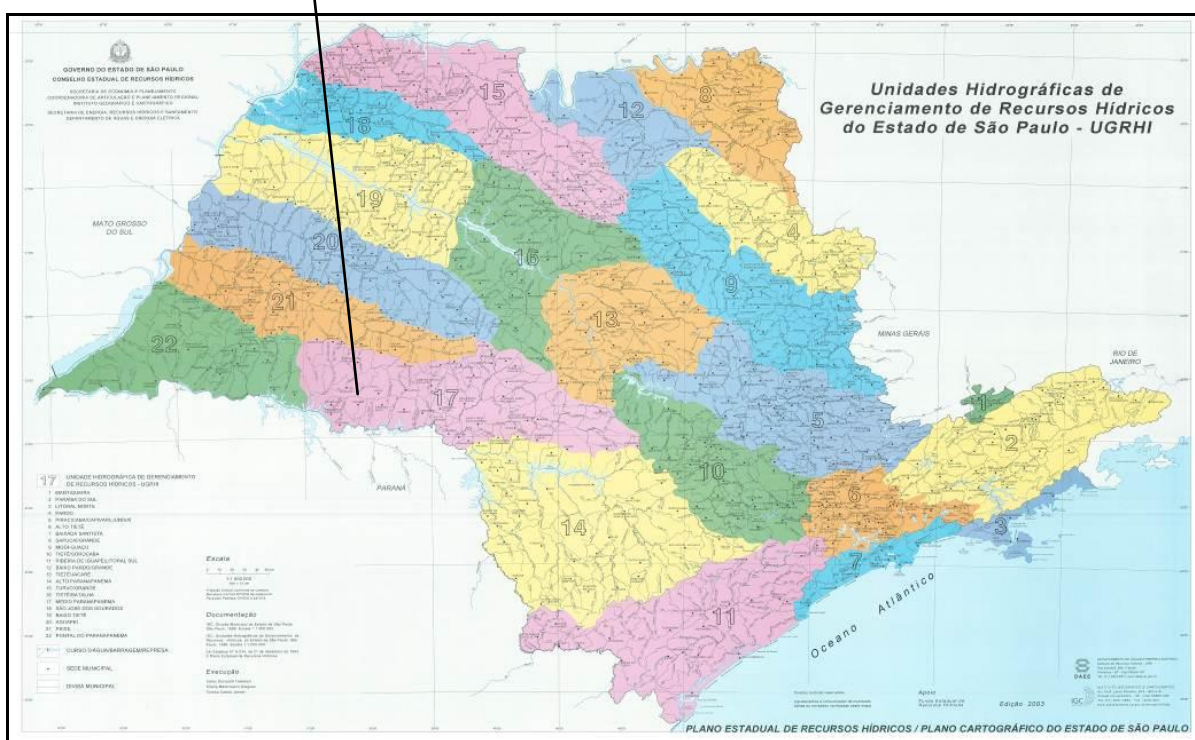
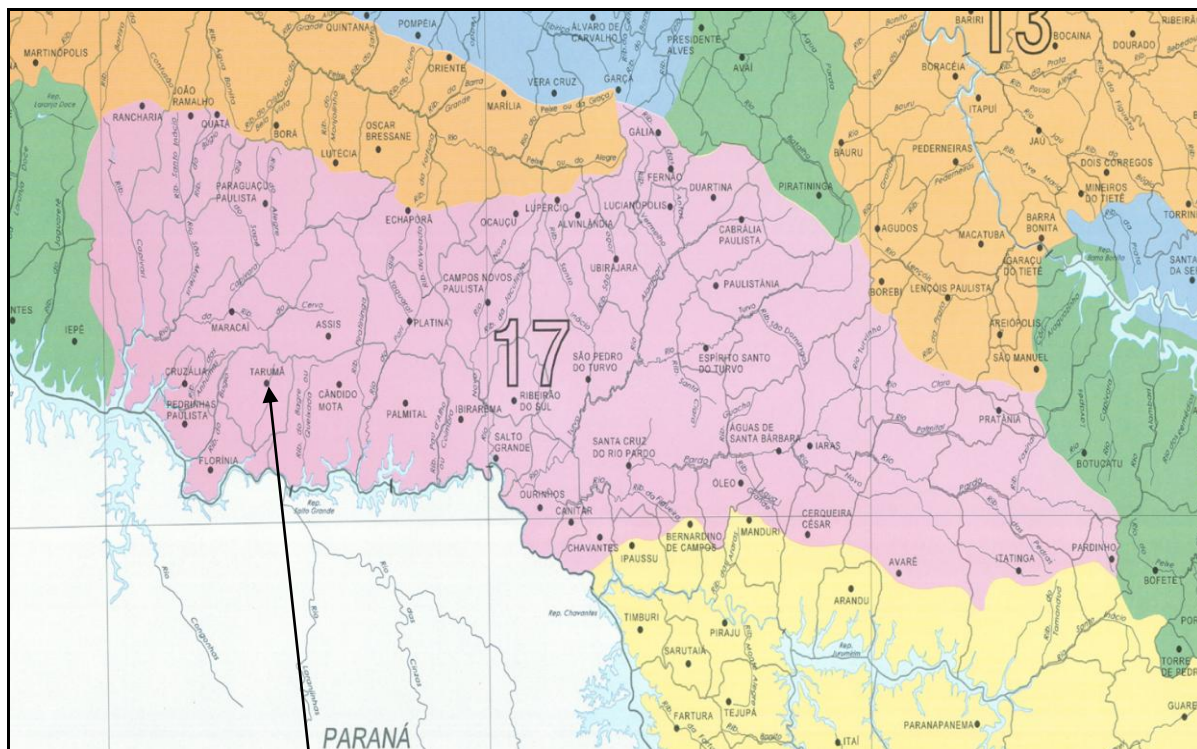
0 – 10	67	17,22	367,10	1,19
10 – 20	69	17,74	996,10	3,23
20 – 50	132	33,93	4.051,60	13,15
50 – 100	64	16,45	4.388,50	14,24
100 – 200	29	7,46	4.289,80	13,92
200 – 500	23	5,91	7.174,00	23,28
500 – 1000	3	0,77	2.319,20	7,53
1000 – 10000	2	0,52	7.229,30	23,46
Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%	
Cultura Perene	2	25,90	0,08	
Reflorestamento	19	95,70	0,31	
Vegetação Natural	147	659,00	2,14	
Área Complementar	234	601,00	1,95	
Cultura Temporária	381	27.693,00	89,87	
Pastagens	76	1.115,80	3,62	
Área em descanso	17	83,70	0,27	
Vegetação de brejo e várzea	205	541,50	1,76	

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

As principais atividades agropecuárias no município são: Milho safrinha, Cana-de-açúcar e Soja.

4.1 - Localização da área objeto de estudo

O município de Tarumã tem toda sua área localizada dentro da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, pertencendo, portanto, ao Comitê de Bacias Hidrográficas do Médio Paranapanema, como mostrado na figura a seguir:



• **4.2 – Acervo e base de dados do município**

O município de Tarumã não conta com estudos e documentos sobre planejamento rural e sobre controle de erosão rural.

Quanto ao acervo de mapas e plantas, quase tudo que o município dispõe está em papel, sendo que muito pouca coisa está em meio digital. Portanto, há uma notória carência de material gráfico, principalmente em meio digital.

A falta de tal estudo acarreta vários problemas para a população, quer seja no aspecto da saúde pública, no aspecto social, como também no aspecto financeiro, visto que, a implantação de obras que, por muitas vezes, se mostram inadequadas e insuficientes por parte da administração Municipal.

O município de Tarumã possui um corpo técnico limitado, não tendo técnicos e equipamentos necessários para efetuar todos os levantamentos e realizar a execução dos projetos necessários.

• **5 – JUSTIFICATIVA**

O presente Termo de Referência se enquadra no **PDC 01: Bases técnicas em recursos hídricos** segundo Deliberação CRH nº 190, de 14 de dezembro de 2016.

SubPDC 1.2: Apoio ao planejamento e Gestão de Recursos Hídricos.

A.1.2.1 Elaboração de planos municipais de controle de erosão rural.

As ações de chuvas intensas assolam de forma devastadora, diversos pontos. O município de Tarumã sofre grandes prejuízos com a destruição de pontes, aterros de travessias, causando grandes transtornos à sua população, danificando vários locais do sistema viário rural com a destruição das estradas, formação de erosões e assoreamento em vários cursos d'água do município.

Com os danos causados, tem havido um esforço constante por parte da Diretoria de Obras da Prefeitura de Tarumã no sentido de elaborar projetos básicos para a aprovação em órgãos ambientais pertinentes e contratação de obras visando possibilitar a solução deste tipo de problema, eliminando assim os transtornos para a população do município.

Os técnicos da Prefeitura vêm cadastrando as situações de risco existentes na zona rural do município, associados a eventos da natureza, recentemente ocorridos ou que venha a ocorrer no futuro.

Diante dos levantamentos efetuados recentemente, adicionados ao acervo da Prefeitura Municipal, e devido às chuvas intensas que tem castigado a região, torna-se real e necessário a contratação de empresa especializada para a elaboração do **Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural no município de Tarumã da Bacia do Médio**

Paranapanema para a devida elaboração, posteriormente, de projetos executivos relacionados a conservação ambiental deste município.

• **6 – OBJETIVO GERAL**

No Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural, objetiva-se a análise e diagnóstico do sistema global de drenagem dos terrenos na área do município de Tarumã. Desta forma, serão analisados todos os principais elementos de macrodrenagem, desde córregos e ribeirões.

Esta análise abrange a avaliação da pluviometria e fluviométrica destes rios, a evolução de uso e ocupação do solo, variáveis diretamente intervenientes no problema da impermeabilização dos terrenos, até o planejamento econômico municipal, que indica as tendências de evolução de cada uma das bacias de drenagem que integram o município.

Os produtos apresentados compreendem a estimativa de vazões afluentes para este sistema de drenagem principal e o **pré-dimensionamento** das estruturas necessárias para o escoamento destes caudais, considerando as projeções estabelecidas de antemão.

Deve-se fazer um diagnóstico da situação atual, verificar os pontos críticos de inundações, erosões e assoreamentos, bem como estrangulamentos, etc. e definir as prioridades para a realização de obras.

• **7 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Deve-se fazer um diagnóstico da situação atual, verificar os pontos críticos de inundações, erosões e assoreamentos, bem como estrangulamentos, etc. e definir as prioridades para a realização de obras.

Propor medidas de controle das erosões do solo rural; propor ações visando a conservação e recuperação dos recursos hídricos; identificar os principais impactos da utilização inadequada do solo e das intervenções antrópicas; propor parâmetros de priorização de ações para controle de erosões no meio rural.

Há que se propor também, diretrizes não estruturais. Esta proposta visa a realização de estudo de pontos e áreas em situação de risco de processos erosivos, o dimensionamento hidráulico em fundo de vales, em função dos dados obtidos pelos estudos hidrológicos, bem como a proposição de indicativos para a legislação de uso e ocupação do solo.

- Avaliar a rede hidrográfica do município;
- Mapear o sistema viário municipal, identificando cada trecho, bem como situação atual das estradas rurais vicinais não pavimentadas principalmente;
- Confeccionar mapas a partir de imagens de satélites ou fotografia aérea;
- Gerar mapas de suporte ao planejamento: i) sistema de transporte; ii) hidrografia; iii) hipsometria; iv) uso atual do solo; v) Áreas de Preservação Permanente; vi) Microbacias hidrográficas; vii) áreas com processo de erosão identificados, entre outros;
- Gerar mapa de Classe de Capacidade de Uso, a partir da sobreposição de mapas temáticos;
- Traçar perfil da situação atual do município, em termos de ocupação e nível de degradação;

• **8 – METAS**

- Levantamento de dados;
- Identificação dos problemas existentes na zona rural;
- Identificação e classificação de áreas críticas;
- Elaboração de um relatório com recomendações e indicações de soluções técnicas.

• **9 – ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

O plano visa o estabelecimento de uma base de dados, sua análise e consistência, o processamento destes dados, o diagnóstico dos problemas de drenagem, a busca de alternativas de solução e finalmente sua consolidação na forma de projetos básicos de engenharia, projetos institucionais e recomendações não estruturais, que comporão a ferramenta de planejamento denominada **“Plano Diretor de Controle de Erosão Rural Município de Tarumã da bacia do Médio Paranapanema”**, que poderá ser detalhado em 13 tópicos, organizados de acordo com a estrutura sugerida a seguir:

1. Reunião com o corpo técnico da Prefeitura Municipal;
2. Levantamento de dados municipais através de sites oficiais e/ou Prefeitura

- Municipal;
3. Elaboração e plotagem dos mapas: pedológico, microbacias hidrográficas, declividades, hipsometria, malha viária rural, mapa base da área, com sua localização e hidrografia, diagnóstico ambiental, uso e ocupação do solo, nascentes, processos erosivos, classe de capacidade de uso do solo, hidráulico e hidrológico e prioridades;
 4. Fornecimento de imagem de satélite ou de sobrevoo com resolução espacial de no máximo 5,00 metros;
 5. Levantamento de campo para atualização da malha viária rural do município;
 6. Levantamento atualizado da rede hidrográfica do município através da imagem de satélite ou fotografia aérea;
 7. Levantamento do uso atual do solo do município através da imagem de satélite ou fotografia aérea;
 8. Levantamento das erosões através da imagem de satélite ou fotografia aérea;
 9. Levantamento e cadastramento dos pontos críticos. Ex: processo erosivo no leito carroçável, processo erosivo na lateral da estrada, barranco, entre outros;
 10. Elaboração de propostas técnicas para adequação das problemáticas diagnosticadas;
 11. Análise e estudos dos dados levantados e mapas produzidos;
 12. Reunião para levantamento das prioridades municipal;
 13. Apresentação do plano para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e demais interessados.

• **9.1 – Estrutura proposta para o Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural, conforme segue:**

- ***Sumário***
- ***Equipe técnica***
- ***Lista de Figuras***
- ***Lista de Tabelas***
- ***Lista de Gráficos***
- ***Lista de Apêndices e Siglas***
- ***1. Introdução***

- **2. Justificativas**
- **3. Objetivos**
 - **Objetivo Geral**
 - **Objetivos específicos**
- **4. Referencial Teórico e Técnico**
 - **Caracterização Municipal**
 - **Recursos Hídricos**
 - **Solos do Município**
 - **Erosão**
- **5. Material e Métodos**
 - **Levantamentos e visitas a campo**
 - **Trabalho interno**
 - **Levantamento da erosão**
 - **Caracterização do uso atual dos solos**
 - **Drenagem e estradas**
 - **Mapas**
- **6. Resultados e discussões**
 - **Diagnóstico das estradas rurais**
 - **Priorização das Microbacias**
- **7. Soluções propostas para mitigação dos problemas encontrados**
 - **Estratégia de ação**
 - **Estradas rurais**
 - **Controle de Ravinas e Voçorocas**
 - **Terraceamento**
 - **Recomposição de Áreas de Preservação Permanente**
 - **Outras particularidades local**
- **8. Conclusões**
- **9. Referências Bibliográficas**

• **10 – PROGRAMA DE TRABALHO**

- Para a elaboração do Plano Diretor de Controle de Erosão Rural é recomendado seguir a orientação quanto a produção do material cartográfico. As principais cartas são:

- Carta de Localização;
- Carta Hipsométrica;
- Carta de Uso e Ocupação do Solo e Vegetação;
- Carta de Hidrografia;
- Carta Topográfica;
- Carta Base (planialtimétrico);
- Carta de Dinâmica Ambiental

• **10.1 – ETAPA 1**

10.1.1. – Levantamento de dados municipais através de sites oficiais e/ou Prefeitura Municipal

- Levantamento de dados como: áreas, histórico, população, saneamento, resíduos sólidos, relevo, aspectos climáticos, geológico, socioeconômicos.
- Levantamento de Leis e dados municipais focadas na área rural: plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, faixa de domínio de estrada, nome de associações, endereço e presidentes de entidades ligados à área rural, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

10.1.2. – Fornecimento de Imagens de Satélite ou sobrevoo com resolução espacial compatível com recursos disponível

As imagens devem ser utilizadas as que estão disponíveis em sites livres atuais ou com a possibilidade de utilização de imagens ortorretificadas mais antigas, com checagem a campo dos trabalhos executados, cabendo à municipalidade a busca por este tipo de recurso, evitando assim dispêndio de recursos para tal finalidade, cabe ressaltar ainda que

há atualmente imagens com resolução e temporalidade bastante razoáveis para elaboração deste trabalho.

10.1.3. – Levantamento de campo para atualização da malha viária rural do município

- Deverá ser feito todo o levantamento da malha viária rural em campo, com GPS.
- Este levantamento deverá ser reproduzido em mapas com escala compatível, com todas as informações que o órgão fiscalizador achar necessária.

10.1.4. – Reunião com o corpo técnico da Prefeitura Municipal

Elaborar o Diagnóstico Participativo:

- Reunião com o corpo técnico da Prefeitura Municipal para diagnóstico participativo da área, apresentação dos objetivos e etapas do plano.

10.1.5. – Levantamento dos pontos de interferência com cursos hídricos

- Levantamento das interferências com cursos hídricos: pontes e tubulações.
- Relatório fotográfico com as dimensões das pontes e tubulações.

10.1.6. – Elaboração e plotagem de mapas

1) • *Mapa pedológico*

Que deve constar ao mínimo: localização dos tipos de solos, Grandes Grupos, com sua área e representatividade.

Obs: O mapa utilizará de dados oficiais para ser elaborado.

2) • *Mapa de microbacias hidrográficas*

Que deve constar ao mínimo: a rede hidrográfica, delimitação das microbacias hidrográficas em relação aos principais cursos d'água e curvas de nível.

Obs: O mapa utilizará de dados oficiais para ser elaborado.

3) • *Mapa de malha viária rural*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Localização de todas as estradas rurais não pavimentadas municipais;
- ii) Localização de todas as estradas rurais pavimentadas municipais,
- iii) Localização de todas as estradas rurais pavimentadas Estaduais/Federais;
- iv) Quantificação de todas as estradas rurais não pavimentadas municipais;
- v) Identificação de todas as estradas rurais municipais, pavimentadas e não pavimentadas.

Obs.: O mapa utilizará de dados oficiais para ser elaborado.

4) • *Mapa de declividade*

Que deve constar ao mínimo: considerar as faixas de declividade conforme segue:

- i) 0 a 3% - cor Verde
- ii) 3 a 5% - cor Azul
- iii) 5 a 12% - cor Amarela
- iv) 12 a 20% - cor Laranja
- v) 20 a 40% - cor Rosa
- vi) 40% - Violeta

Obs.: O mapa utilizará de dados oficiais para ser elaborado.

• **10.2 – ETAPA 2**

10.2.1. – Levantamento atualizado da rede hidrográfica do município através da imagem de satélite ou fotografia aérea

- Levantamento de toda rede hidrográfica do município, compreendendo ribeirões, córregos e nascentes dos corpos hídricos na área objeto do estudo;
- Apresentar, quando possível, os nomes dos córregos, rios e ribeirões de maneira como são conhecidos;
- Gerar Mapas em escalas adotadas pelos órgãos fiscalizadores e ou adotados pela fiscalização do município.

10.2.2. – Levantamento do uso atual do solo do município através da imagem de satélite ou fotografia aérea

- Levantamento através de imagens de satélite ou fotografias aéreas, do uso e ocupação do solo atualizada:
 - Uso agrícola da área, preferencialmente com o tipo de cultura e (classificação supervisionada da imagem).
 - Unidades de conservação da natureza.
 - Redes de transporte: viária, ferroviária, hidroviária.
 - Hidrografia.

10.2.3. – Levantamento das erosões do município através da imagem de satélite ou fotografia aérea

- Será feito o levantamento das erosões do município através da imagem de satélite ou fotografia aérea;
- Quando possível, cadastrar e documentar com GPS e relatório fotográfico as erosões diagnosticadas.
- Confrontar dados levantados em campo com imagem de satélite ou fotografia aérea.

10.2.4. – Levantamento e cadastramento dos pontos críticos

- Cadastrar, georreferenciar e documentar todos os pontos críticos objetos do estudo, tais como:
 - Processos erosivos na lateral da estrada;
 - Processos erosivos no leito carroçável;
 - Barranco;
 - Afloramento de lençol freático.

10.2.5. – Elaboração de plano de ação inicial

- Serão apresentadas propostas iniciais, com levantamento de custos para adequação e manutenção de estradas, recomposição e isolamento de APPs, recuperação de

áreas degradadas, etc.

10.2.6. – Elaboração e plotagem de mapas

1) • *Mapa base da área, com sua localização e hidrografia*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Limite municipal;
- ii) Rios, córregos e ribeirões e seus nomes usuais;
- iii) Represas / barramentos;
- iv) Localização dos aglomerados urbanos, se houver mais de um;
- v) Estradas pavimentadas e não pavimentadas;
- vi) Localização de pontes (madeira, concreto e metálica);
- vii) Localização de tubulações;
- viii) Localização e identificação de pontos críticos.

2) • *Mapa de diagnóstico ambiental*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Áreas de APP;
- ii) Áreas de matas ciliares;
- iii) Unidades de conservação e espaços protegidos;
- iv) Lagoa de tratamento de esgotos;
- v) Aterro Sanitário;

3) • *Mapa do uso atual do solo*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Culturas temporárias;
- ii) Culturas permanentes;
- iii) Pastagens;
- iv) Reflorestamento;
- v) Vegetação natural;
- vi) Edificações.

4) • *Mapa de processos erosivos*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Áreas com presença de erosão (sulco, laminar e voçoroca);

5) • *Mapa de nascentes*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Cursos d'água;
- ii) Limite de município;
- iii) Pontuação das nascentes.

• **10.3 – ETAPA 3**

10.3.1. – Dimensionamento dos cálculos hidráulicos e hidrológicos

- Executar todos os cálculos hidráulicos e hidrológicos, com Cálculos das vazões máximas e dimensionamento das seções mínimas para cada ponte rural municipal cadastrada.

10.3.2. – Análise e estudos dos dados levantados e mapas produzidos

- Deverão ser elaborados relatórios e mapas unindo todas as informações levantadas em campo e ou por imagem de satélite ou fotografia aérea. Os relatórios, análises e recomendações, deverão seguir conceitos mínimo para a elaboração de parâmetros e priorização dos principais problemas.

10.3.3. – Reunião para levantamento das prioridades municipal

- A reunião deverá ser feita entre a equipe técnica da empresa e o corpo técnico da Prefeitura Municipal. Deverão ser levantadas pela Prefeitura e discutidas as prioridades quanto estradas rurais não pavimentadas, cursos d'água, microbacias hidrográficas e voçorocas com a empresa.

10.3.4. – Apresentação do plano diretor

- Será realizada a apresentação do Plano Diretor aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e demais interessados, visando mostrar os resultados

obtidos durante o estudo. Posteriormente, o município poderá elaborar uma minuta de lei a ser encaminhada a câmara dos vereadores.

10.3.5. – Elaboração e plotagem de mapas

Deverão ser plotados todos os mapas apresentados nas outras etapas e os seguintes mapas:

1) • *Mapa de estudo hidráulico e hidrológico*

Que deve constar ao mínimo: a rede hidrográfica, delimitação das microbacias hidrográficas em relação aos principais cursos d'água, curvas de nível, estradas rurais não pavimentadas e estradas pavimentadas, pontes e delimitação das suas sub-bacias.

Obs.: O mapa utilizará de dados oficiais para ser elaborado.

2) • *Mapa de prioridades*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Microbacias, estradas não pavimentadas, córregos e voçorocas prioritárias do município;

3) • *Mapa de classe de capacidade de uso do solo*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Os grupos e classes de capacidade de uso do solo;

4) • *Mapa hipsométrico*

Que deve constar ao mínimo:

- i) Elevações mínimas e máximas do município;

• **11 – MÉTODO A SER EMPREGADO**

Será realizado o levantamento de campo com auxílio de cartografias topográficas oficiais, sendo possível delimitar o limite municipal, a hidrografia e realizar o relatório fotográfico e escrito.

Os mapas serão elaborados com o uso de cartografias oficiais e através da imagem de satélite ou fotografia aérea.

Os estudos hidráulicos e hidrológicos serão realizados de acordo com cada ponte

levantada em campo, onde serão delimitadas as sub-bacias de contribuição de cada ponte, no sentido de pontuar as pontes que atendem e as que não atendem a vazão máxima de chuva.

Para a conclusão do projeto, serão elaboradas propostas técnicas para adequação das problemáticas diagnosticadas.

• **12 – RESULTADOS ESPERADOS**

Com o respectivo estudo em mãos, com a situação real dos problemas de cada micro bacia, o município de Tarumã poderá solicitar recursos junto aos órgãos Estaduais e Federais para executar as atividades de acordo com o cronograma. A Prefeitura poderá priorizar metas para iniciar suas obras de infraestrutura rural, em especial as obras de drenagem rural (terraços, bacias de contenção, bigodes), contendo o avanço de erosões e acabando com pontos de assoreamento nos cursos d'água do município, visando a recuperação ambiental e das estradas rurais.

• **13 – EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO**

Para a elaboração do respectivo Plano Diretor de Controle de Erosão Rural, a equipe técnica terá que ser composta por, no mínimo, os seguintes profissionais:

- Engenheiro Civil
- Engenheiro Agrônomo
- Técnico em Topografia
- Técnico em informática, com conhecimento em aplicativos (programas) topográficos
- Auxiliares de Campo para a coleta de dados
- Auxiliares de topografia

• **14 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES**

Seguindo a orientação constante neste Termo, seguem os produtos que devem ser entregues no relatório final:

- Mapa pedológico;

- Mapa de microbacias hidrográficas;
- Mapa da malha viária atualizada;
- Mapa de declividade;
- Mapa de estudo hidráulicos e hidrológicos;
- Mapa base da área, com sua localização e hidrografia;
- Mapa de diagnóstico ambiental;
- Mapa do uso atual do solo;
- Mapa de nascentes;
- Mapa de processos erosivos;
- Mapa de prioridades;
- Mapa de Classe de Capacidade de Uso dos Solos;
- Mapa hipsométrico;
- Elaboração de propostas técnicas para adequação das problemáticas diagnosticadas;
- Análise e estudos dos dados levantados e mapas produzidos;
- Encadernação e montagem do Plano Diretor impresso;
- Relatório final, incluindo orçamento e soluções encontradas, necessárias a serem tomadas pela Prefeitura de Tarumã;
- Todos os materiais já citados na descrição dos serviços deverão ser apresentados e disponibilizados a municipalidade.

Estes produtos serão entregues à Prefeitura Municipal em:

- Relatórios em formato digital, com extensão .doc e/ou .pdf, fornecidos em mídia CD ou DVD e impressos em formato A4, fonte Arial, tamanho 12, encadernado, em 3 vias.
- Mapas em formato digital, conforme descritos no neste Termo, fornecidos em mídia CD ou DVD e analógicos em escala compatível para publicação em folhas tamanho A0, A1, A2 ou A3, em 3 vias.

As três vias entregues à Prefeitura Municipal deverão ser encaminhadas uma via em meio escrito e digital ao Agente Técnico e a Secretaria Executiva dos Comitês CBH - MP.